

SURGIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – RAÍZES DE UMA DICOTOMIA

EMERGENCE OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL - ROOTS OF A DICHOTOMY

SURGIMIENTO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL: RAÍCES DE UNA DICOTOMÍA

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



João Pedro Aparecido Vicente¹

Universidade de Uberaba

Artigo recebido em: 20/04/2024

Aprovado em: 03/12/2024

Resumo: Neste texto, derivado de pesquisa bibliográfica e documental, inserido no campo da História da Educação, apresenta-se a trajetória de criação de instituições de ensino superior no Brasil, desde o início do século XIX até a década de 1960. Objetiva-se retratar a separação entre ensino técnico-profissional e filosófico-científico presente no surgimento da universidade brasileira, em consonância com as necessidades sociais e econômicas da época. Também é demonstrado que a cisão entre pesquisa básica e aplicada é derivada do modelo exportador primário do período, no qual a formação superior demandada pelo país era majoritariamente bacharelesca e ainda desvinculada da prática de pesquisa.

Palavras-chave: Educação. Educação Superior. Políticas Educacionais.

Abstract: This text is the result of bibliographic and documentary research in the field of History of Education. It presents the history of education institutions in Brazil, from their foundation, at the beginning of the 19th century, through to the 1960s. This work examines the separation between technical/professional and philosophical/scientific education that existed with the creation of the first Brazilian universities, as a result of the social and economic needs of the time. It demonstrates that the split between basic and applied research is derived from the primary export model that was prevalent at the time, in which the higher education demanded by the country was focused mostly on bachelor degrees, unrelated to scientific research practice.

Keywords: Education. Higher Education. Educational policies.

Resumen: En este texto, resultado de una investigación bibliográfica y documental, en un enfoque de Historia de la Educación, se presenta la fundación de las instituciones de educación superior en Brasil según su trayectoria, desde principios del siglo XIX hasta la década de 1960. Su objetivo es retratar la separación entre educación técnico-profesional y filosófico-científica presente en el surgimiento de las universidades brasileñas, como resultado de las necesidades sociales y económicas del período. También se demuestra que la división entre investigación básica y aplicada se deriva del modelo primario exportador de la época, por el cual la educación superior demandada por el país se centraba mayoritariamente en licenciaturas, ajenas a la práctica de la investigación científica.

Palabras clave: Educación. Educación Universitaria. Políticas Educativas.

¹ Artigo derivado de tese de doutoramento desenvolvida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.



INTRODUÇÃO

O ensino superior, em território brasileiro, organizou-se por meio de escolas superiores, a partir do século XIX, sob influência filosoficamente positivista e com foco na formação de profissionais liberais. Somente nas primeiras décadas do século XX a aglutinação de faculdades daria origem às universidades em formato germinal ao que viria a se expandir a partir da década de 1960.

Neste texto, apresenta-se o percurso de criação desses estabelecimentos com foco na função destinada ao ensino superior em seu estágio de incipiência, aqui considerado até o início dos anos 1960, ou seja, previamente à grande expansão estimulada pelos governos militares a partir de 1964 e à reorganização administrativa de 1968, que viria a implantar o modelo departamental, com extinção da estrutura catedrática.

O objetivo é demonstrar que a separação entre ensino técnico-profissional e filosófico-científico permeia o surgimento da universidade brasileira, uma vez que esta não apenas foi concebida como espaço destinado à reprodução dos quadros de maior prestígio em uma sociedade rural e primário-exportadora, como também foi cenário para a cisão entre dois modelos de ciência: a básica e a aplicada.

O artigo resulta em pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem qualitativa, inserindo-se no campo de estudos da História da Educação. A legislação e o arcabouço normativo que compõem o histórico do objeto foram reunidos, principalmente, a partir da leitura de artigos e teses desenvolvidos na área da Educação, com enfoque no estudo de políticas públicas para o ensino superior².

Como fontes documentais foram utilizadas leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres, constituições brasileiras e suas emendas e estatutos de universidades. Também compõem o corpo documental do estudo estatísticas educacionais relativas ao ensino superior brasileiro, considerando o recorte entre o fim do século XIX e meados dos anos 1960³.

SÉCULO XIX E PRIMEIRA REPÚBLICA

A transferência da Família Real portuguesa para terras brasileiras, em 1808, marcou o início do ensino superior na então colônia. Schwartzman (1991) documenta que foram fundadas, naquele ano, a Escola Superior de Cirurgia e Anatomia da Bahia, os primeiros cursos que dariam origem à Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e à Academia de Guarda da Marinha, também na capital. Dois anos depois, seria instituída a Academia Real Militar.

2 Foram consultadas as plataformas Catálogo de Dissertações e Teses da Capes; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Biblioteca Científica Scielo; Portal de Periódicos da Capes e a ferramenta Google Scholar, a partir dos descritores “ensino superior, história da educação, políticas públicas e universidade brasileira”. Foram triadas obras em língua portuguesa, sem limite quanto às datas de publicação, sendo o principal critério de inclusão/exclusão o potencial de contribuição identificado nos resumos para compreensão do tema “história da universidade e ensino superior brasileiros”, tanto no que diz respeito ao lastro fático-histórico quanto fornecendo perspectivas analíticas sobre as políticas educacionais vigentes no período considerado e o contexto econômico e social em que estas se inseriram.

3 Partindo-se do arcabouço documental referenciado nas obras que serviram de suporte bibliográfico ao estudo, realizou-se a síntese dos textos legais e normativos mais recorrentemente citados para construção do histórico da universidade e do ensino superior brasileiros no recorte adotado. O conteúdo dos documentos foi ordenado em torno dos seguintes eixos estruturantes para produção de sentidos: modelos de formação profissional e pesquisa científica favorecidos pela normatização/legislação; características institucionais fixadas pelos documentos; e, no caso dos anuários estatísticos, os resultados numéricos de prioridades e investimentos das políticas educacionais.



Alguns cursos avulsos passaram a ser criados na Bahia, como os de economia, agricultura, química e desenho técnico, respectivamente em 1808, 1812 e, no caso dos dois últimos, 1817. No Rio de Janeiro, surgiram cursos de química, em 1812, e agricultura, em 1817. Outras iniciativas pioneiras foram o curso de matemática superior em Pernambuco, no ano de 1809, desenho e história em Vila Rica/MG, em 1817, além de retórica e filosofia em Paracatu/MG, em 1821. Em comum entre tais iniciativas, o caráter pragmático, estatal e laico (Mendonça, 2000).

O objetivo era formar profissionais para o aparelho do Estado e as necessidades da elite local. O sistema expandiu-se lentamente. Quando proclamada a República, em 1889, eram 24 as escolas de formação profissional em funcionamento (Teixeira, 1969). Desde a década de 1870, liberdade, laicização e expansão do ensino foram valores defendidos pela nascente burguesia, no país (Silva, 2011).

Com a Constituição de 1891, estabeleceu-se a laicidade da educação pública e que a atribuição de criar estabelecimentos de ensino superior nos estados não era privativa do Congresso, ponto em que se depreende a abertura à iniciativa particular. A liberdade de ensino vinha se apresentando como uma aspiração comum a liberais e conservadores naquele último quartel do século XIX.

Um dos chefes do Partido Conservador, Paulino de Souza, ministro de Negócios do Império de 1868 a 1870, aceitava-a especificamente para o ensino superior, embora pregasse a manutenção das condições previstas na Reforma Couto Ferraz, de 1854, para abertura de escolas privadas de ensino primário e secundário. Já o ministro seguinte, João Alfredo Correia de Oliveira, em projeto de 1874, demonstrou adesão irrestrita à liberalização (Peres, 2005).

Representativa do liberalismo do fim do Império foi a Reforma Leôncio de Carvalho⁴, em 1879, que, no âmbito do ensino superior, permitiu o reconhecimento como faculdades livres aos estabelecimentos que adotassem as disciplinas e os sistemas de exames das congêneres oficiais. A iniciativa descentralizava, nas províncias, o oferecimento de cursos superiores, desde que respeitadas as condições de fiscalização por parte do poder central. Também a liberdade dos alunos era majorada, com abolição do registro de frequência nas aulas, adoção de exames apenas para ingresso no curso e finais em cada disciplina, e possibilidade de alunos não matriculados obterem o grau conferido, se aprovados nessas provas (Vicente; Gonçalves Neto, 2019).

Na análise de Pochmann e Moraes (2017), uma primeira onda de globalização capitalista ocorria naquele fim do século XIX, tendo se prolongado até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918): o período se caracterizava pela ordem liberal cujo centro dinâmico era a Inglaterra, tomando como princípios o padrão monetário ouro-libra e a liberdade comercial e dos fluxos de capitais e de mão de obra no mundo. As políticas nacionais no Brasil configuravam um Estado mínimo.

Entre 1889 e 1918, foram criadas 56 escolas superiores no país, a maioria privadas. Havia instituições católicas empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino leigo e iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior – algumas contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampadas por eles, outras permaneceram essencialmente privadas (Durham, 2003).

De acordo com Sampaio (1991), a criação do sistema educacional paulista, por volta de 1880 a 1900, foi parte central deste processo, por representar

4 Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879.



a primeira grande ruptura com o modelo de escolas profissionais centralizadas e sujeitas a um forte controle burocrático do governo nacional. [...] Com a expansão cafeeira, o pólo da economia brasileira se transfere para o estado de São Paulo, onde tem início um processo de crescimento urbano e atividade industrial. A chegada de imigrantes europeus e japoneses consolida uma classe média urbana ligada à prestação de serviços, a pequenas indústrias, à profissionalização e naturalmente à educação (Sampaio, 1991, p. 7).

No início do século XX, a concepção brasileira de educação superior, essencialmente positivista, privilegiava a implantação de escolas técnicas e profissionais, com valorização da ciência aplicada. O tipo prevalecente de instituição era a isolado, sendo a universidade, unicamente, aglutinadora de faculdades (Paim, 1982). O positivismo predominante entre os intelectuais brasileiros daquele período compreendia a universidade como instituição arcaica, sendo as faculdades mais adequadas por serem menos voltadas para o passado teológico ou metafísico (Rothen, 2006). O governo e o parlamento recusaram 42 projetos de universidades apresentados ao longo do primeiro e segundo Impérios, de 1822 a 1889 (Teixeira, 1969).

O Brasil se aproximava de potências emergentes como Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA), no início do século XX, importando formas avançadas de produção e adequando políticas educacionais internas, com a implantação de cursos técnico-profissionalizantes para atender à demanda gerada pela indústria e pelo comércio. A sociedade brasileira, de rural-agrícola, passava a urbana-comercial (Batista; Silva, 2018).

A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira criada pelo Estado brasileiro, em 1920, sob a forma de agregação de três escolas superiores já existentes: Faculdade de Direito, de Medicina e Escola Politécnica⁵. Outras iniciativas já haviam surgido no setor privado, como consequência da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental de 1911⁶, que reafirmava o não monopólio da União no que tange a criar instituições de ensino superior, bem como a não exigência de equiparação a uma instituição modelo de nível federal.

Tais iniciativas precursoras foram a Universidade de São Paulo, em novembro de 1911, a do Paraná, em dezembro de 1912, e a de Manaus em março de 1913. Cunha (1986) chama essa tríade de universidades passageiras. A primeira seria extinta em 1917, a segunda em 1915 e a terceira em 1926.

A Universidade de São Paulo, cujos cursos eram pagos pelos alunos, deixou de funcionar depois de seis anos de atividades. Seu histórico foi marcado por conflitos com professores e alunos da Escola Politécnica e da Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, mantidas pelo governo estadual, e da Faculdade de Direito, federal. Estes a acusavam de praticar um baixo nível de ensino. Ao final, enfrentava problemas financeiros decorrentes da criação, pelo governo estadual, em 1912, de uma Faculdade de Medicina (Camacho, 2005).

Dela não restou uma só escola superior que servisse de núcleo a outra universidade futura. A Universidade de São Paulo fundada em 1934, de caráter público, resultaria da reunião de escolas oficiais existentes como as de Medicina, Odontologia e Direito, não guardando qualquer relação com a homônima de 1911 (Cunha, 1986).

Causaria o Decreto 11.530, de 18 de março de 1915, na Reforma Maximiliano, o encerramento da Universidade do Paraná, ao exigir que novamente as instituições de ensino superior fossem

5 Decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920, durante o governo Epitácio Pessoa.

6 Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911, ou Lei Rivadávia Corrêa, no governo Hermes da Fonseca.



equiparadas a estabelecimentos oficiais e tivessem cinco anos de funcionamento, em localidade com população superior a 100 mil habitantes. Conforme o recenseamento de 1920, naquele ano, Curitiba tinha 78,9 mil moradores (IBGE, 1967).

Essa instituição refez seus Estatutos em 1918, separando as faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Concedeu-lhes autonomia de ensino e as manteve no mesmo edifício, sob uma única direção (Ferrari, 2000). A reunião dessas faculdades com a de Filosofia, Ciência e Letras seria reconhecida pela União como universidade no Decreto-Lei 9.323, de 6 de junho de 1946. Sua federalização como Universidade Federal do Paraná se daria em dezembro de 1950, oferecendo 17 cursos.

Já a Universidade de Manaus resultou da prosperidade do ciclo da borracha no Amazonas. Em 1909, Manaus atraía mão de obra de várias regiões do país, bem como comerciantes e profissionais liberais. Tão rapidamente quanto surgiu, acabou por desaparecer frente à decadência daquele ciclo extrativista (Camacho, 2005).

O fim da Universidade de Manaus, em 1926, ocorreu por meio de sua fragmentação em três Faculdades: de Engenharia, de Farmácia e Odontologia e de Direito. Esta última foi a única que se perpetuou, sendo federalizada em 1949 e incorporada à Universidade do Amazonas, instalada em 1965 (Cunha, 1986).

Tem-se um movimento de desoficialização do ensino em 1911 favorecendo o surgimento de instituições privadas de educação superior e uma iniciativa governamental centralizadora, em 1915, que viria a desestimular a tendência liberalizante. Para compreender tais iniciativas em direções opostas, é útil destacar que a Reforma proposta pelo ministro de Justiça e Negócios Interiores Rivadávia Corrêa deu-se sob o governo do marechal Hermes da Fonseca, cujo mandato ocorreu entre 1910 e 1914. Já no ulterior governo Venceslau Brás, ocorreria a Reforma assinada pelo ministro Carlos Maximiliano.

Tanto Hermes da Fonseca quanto Rivadávia Corrêa apresentavam postura filosoficamente positivista e politicamente liberal, culminando na Reforma que subtraiu do Estado a interferência no domínio da educação por meio da fiscalização e dos exames. A experiência viria a durar apenas um quadriênio, devido a problemas identificados na estrutura das universidades e ao baixo rigor na concessão de diplomas (Almeida Júnior, 1953; Cury, 2009). Já a Reforma Maximiliano, a partir de 1915, apresentou características de recuo à oficialização, limitando a equiparação entre instituições privadas e públicas, sob rigorosa inspeção. A expansão foi controlada pela criação do vestibular, aperfeiçoando o exame de admissão previsto em 1911.

A década de 1920 seria marcada pelo debate público incentivado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), existente desde 1916, sobre a concepção e modelo de universidade, suas funções e autonomia. Destacavam-se três posições teleológicas: ser uma arena para o desenvolvimento da pesquisa científica, além de formar profissionais; priorizar a formação profissional e; num desdobramento da primeira, tornar-se foco de cultura, de disseminação de conhecimento e de criação de ciência (Fávero, 2006).

Entre os educadores que propunham a modernização do ensino superior, defendia-se a criação de universidades como centros de saber desinteressado, substituindo-se as escolas autônomas por grandes universidades, num sistema necessariamente público e não confessional (Durham, 2003). Para a Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE, formada basicamente por docentes egres- sos da Escola Politécnica, as universidades deveriam ser usinas mentais para o progresso técnico e



científico do país (Mendonça, 2000).

Já a Igreja católica, na década de 1920, pretendia restaurar sua função cristalizadora da ordem e da estabilidade. O Estado liberal era visto como ameaça pelo movimento organizado em torno do Centro Dom Vital⁷, uma vez que, na compreensão deles, poderia abrir caminho para o comunismo. A solução proposta pelos religiosos era a disseminação da doutrina cristã, a fim de frear o pluralismo político. Para isso, pregavam o ensino religioso facultativo nas escolas públicas (Salem, 1982).

A Igreja tentava estabelecer no Brasil uma hegemonia no campo do ensino superior, reivindicando que o governo lhe atribuisse a missão de organizar, com dinheiro público, a primeira universidade brasileira, em troca de apoio político para o regime⁸. A tentativa não logrou sucesso, perante a forte oposição dos intelectuais de tendência liberal e a tradição monárquica e republicana de ensino público não-confessional, de inspiração francesa. De modo que as instituições confessionais, em crescimento desde 1889, continuaram a consistir em um setor do ensino privado (Durham, 2003).

Seriam criadas 86 escolas superiores entre 1920 e 1930 (Teixeira, 1969), com maior ênfase na formação tecnológica, como é o caso das politécnicas, de minas, de agricultura e de farmácia, que se multiplicaram no período. Em muitas delas, embora utilizassem tecnologia importada para desenvolver suas atividades, a pesquisa começou a se desenvolver nos interstícios da formação profissional (Sampaio, 1991).

A criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, portanto, deu-se num contexto caracterizado pela existência de escolas superiores, públicas ou não, voltadas à formação de médicos, advogados, farmacêuticos, dentistas e engenheiros, sendo precedida por universidades privadas que não se perpetuaram.

Quadro 1 - Primeiras universidades brasileiras, de 1911 a 1920

Nome	Período	Tipo	Legado	Contexto
Universidade de São Paulo	1911-1917	Privada	Não se desmembrou em faculdades.	Início favorecido pela Reforma Rivadávia Corrêa. Final ligado a embates com instituições públicas.
Universidade do Paraná	1912-1915	Privada	Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Em 1950, foi federalizada dando origem à UFPR.	Início favorecido pela Reforma Rivadávia Corrêa. Final ligado à Reforma Maximiliano.
Universidade de Manaus	1913-1926	Privada	Fragmentou-se em três Faculdades: de Engenharia, de Farmácia e Odontologia e de Direito. Essa última foi a única que se perpetuou, sendo federalizada em 1949 e incorporada à Universidade do Amazonas, instalada em 1965.	Início favorecido pela Reforma Rivadávia Corrêa e final ligado ao fim do ciclo da borracha.
Universidade do Rio de Janeiro	1920-	Pública	Reorganizada em 1937 como Universidade do Brasil e, a partir de 1965, UFRJ.	Urbanização e industrialização do Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações de Camacho, 2005 e Cunha, 1986.

⁷ Associação civil fundada em maio de 1922. Supervisionada por autoridades eclesiásticas, visava a formar uma nova geração de intelectuais católicos. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro (Kornis, 2015).

⁸ Os presidentes durante a década foram Epitácio Pessoa [julho de 1919 a novembro de 1922], Artur Bernardes [novembro de 1922 a novembro de 1926] e Washington Luís [novembro de 1926 a outubro de 1930].



Durante as primeiras décadas do século XX, predominou no país a pesquisa aplicada, principalmente em áreas como saúde pública, com o desenvolvimento de vacinas, ou ligadas à infraestrutura, como engenharia e geologia⁹. A incipiente industrialização não estimulava a pesquisa tecnológica e científica, então restrita a intelectuais ligados à Academia de Ciências, Instituto Manguinhos e imigrantes europeus (Schwartzman, 1979).

Caracterizava-se a economia nacional por um perfil exportador agrícola que requeria uma estrutura mínima em ciência e tecnologia, o que justificava o surgimento de escolas superiores e institutos de pesquisa, a partir do final do século XIX, mormente em áreas como agricultura, engenharia e saúde, para atender a necessidades imediatas e sem um planejamento contínuo de investimentos (Motoyama, 1985).

O Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 – Reforma Rocha Vaz –, durante o governo Artur Bernardes, padronizou o ensino superior no país. Este passaria a ser composto por cursos de direito, engenharia, medicina, farmácia e odontologia. O dispositivo legal apresentou características centralizadoras: o Ministério citava em quais instituições oficiais seriam oferecidos os cursos, bem como tomava para si a autoridade de decidir sobre a eventual alienação de bens dos institutos de ensino e até mesmo a respeito de frequência, exames e mudanças nas taxas de matrícula.

A deposição do presidente seguinte, Washington Luís, em outubro de 1930, resultou de movimento revolucionário encabeçado por lideranças de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em consequência, principalmente, da ruptura do pacto de alternância¹⁰ entre paulistas e mineiros na Presidência do país. O então presidente mantivera a candidatura do paulista e líder do governo na Câmara Federal, Júlio Prestes, às eleições presidenciais, em detrimento do governador mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. O movimento revolucionário iniciado por mineiros e gaúchos prosperou nacionalmente, levando à queda do presidente. Assumiu o controle uma junta militar, que, em 3 de novembro, indicou Getúlio Vargas como chefe do governo provisório (Romero, 2011).

A economia interna, com fulcro no ciclo do café, passava a exigir do Estado mínimo a adoção de intervenções, como a validação de empréstimos externos concedidos aos cafeicultores. A Grande Depressão de 1929 contribuiu para o fim da centralidade inglesa como centro hegemônico mundial, posto que passou a ser ocupado, gradativamente, pelos Estados Unidos. A crise na economia primário-exportadora brasileira estimulou a adoção de um projeto de industrialização e urbanização nacional (Pochmann; Moraes, 2017).

O governo resultante da Revolução de 1930 viria a representar uma ruptura com as oligarquias rurais, passando a se voltar para a atuação econômica de cunho nacional-desenvolvimentista, com foco na industrialização e em medidas de bem-estar social, visando a oferecer uma rede de proteção aos trabalhadores (Fausto, 2004).

Não apenas a substituição de importações de produtos caracterizou a década de 1930. Também os imigrantes europeus passaram a chegar em menor escala, enquanto a migração para áreas urbanas a partir do campo se acentuou. De 1881 a 1930, a cidade de São Paulo recebeu 2,2 milhões

9 Conforme Schwartzman (1979), até a década de 1930 a pesquisa no país desenvolvia-se não no âmbito do ensino superior, mas majoritariamente em institutos dependentes de apoio estatal, tendo prosperado aqueles que se legitimaram em termos de uma utilidade prática imediata, como no caso do combate a epidemias e no desenvolvimento da produção agrícola.

10 Os civis que assumiram os governos da primeira República, após os presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, de 1889 a 1894, representaram principalmente os interesses dos fazendeiros de café, senhores de engenho, criadores de gado e plantadores de cacau (Romero, 2011), o poder migrara do Imperador aos militares e destes à oligarquia rural, que se revezava entre mineiros e paulistas na Presidência.



de imigrantes estrangeiros, ante 289,1 mil nacionais. Entre 1931 e 1946, esse fluxo se modificou substancialmente: 651,7 mil imigrantes internos e 183,4 mil estrangeiros (Almeida; Mendes Sobrinho, 1951).

A industrialização dos anos 1930 foi acompanhada pela crescente urbanização. Tanto o Rio de Janeiro quanto São Paulo ultrapassaram a marca de um milhão de habitantes. Como o desenvolvimento de uma economia de serviços é subsequente à urbanização, a demanda por educação aumentou, à medida que o trabalho braçal era associado ao morador das zonas rurais e as profissões liberais ou atuação no comércio eram vistas como fisicamente menos desgastantes (Ghiraldelli Júnior, 2008).

DA ERA VARGAS AO INÍCIO DOS ANOS 1960

Em 11 de abril de 1931 foram baixados, pelo governo provisório, três decretos¹¹ sobre temáticas relacionadas entre si. O primeiro criava o Conselho Nacional de Educação, câmara técnica com funções consultivas para servir ao Ministério da Educação e Saúde, existente desde o ano anterior, sob gestão de Francisco Campos.

O segundo estabelecia o Estatuto das Universidades Brasileiras, trazendo, pela primeira vez, a previsão de abertura de cursos de doutorado no país. Rompia-se, assim, a exclusividade da obtenção do título conferida a membros das equipes de trabalho dos professores catedráticos.

Conforme o documento, seriam finalidades do ensino universitário elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento humano e habilitar ao exercício de atividades que requeiram preparo técnico e científico superior, contribuindo para a educação do indivíduo e da coletividade.

Por seu turno, o terceiro Decreto, ao dispor sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, consistiu na primeira aplicação do modelo institucional previsto pelo Estatuto. Criava cursos regulares de doutorado no campo do direito e das ciências exatas e naturais, com duração de dois anos, previa disciplinas a serem cursadas, exames e preparo de tese, sob a regência de um professor catedrático.

O Estatuto oscilava entre posturas autoritárias e liberais, em consonância com o debate educacional naquele momento, em que nenhuma das posições era preponderante. Não apenas o governo revolucionário implantado no início da década de 1930 era desprovido de uma política própria para a educação (Paim, 1982), como os próprios intelectuais da ABE dividiam-se entre um grupo autoritário e outro liberal (Cunha, 1986).

Junto ao ensino superior tradicionalmente voltado para a formação profissional, a Reforma Francisco Campos buscou instituir uma instância destinada à pesquisa desvinculada de utilidade imediata. Tratava-se da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que surgiria em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo – quando recebeu o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No que tange ao corpo docente, foram mantidas as cátedras, a serem providas via concurso (Sucupira, 1977). De acordo com a Reforma, a pesquisa científica era atribuição do ensino universitário, cujos institutos, além de ensinar, deveriam estimular o espírito de investigação original, com foco no progresso da ciência.

11 Decretos 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931, no âmbito da Reforma Francisco Campos.



A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras viria a desenvolver como principal objetivo a formação de professores para o ensino secundário. Com isso, a universidade idealizada nos anos 1920, além de não ter encontrado sua expressão legítima na Reforma Francisco Campos, tampouco se refletiu na política do governo Vargas ao longo da década de 1930 (Sampaio, 1991).

O elemento inovador do sistema, explica Durham (2003), foi a criação

de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a qual oferecia bacharelados nos diferentes campos das Ciências Físicas, Exatas e Biológicas, das Humanidades e Ciências Humanas. Pensada originalmente como o College norte-americano, oferecendo formação básica anterior à formação profissional, jamais conseguiu desempenhar este papel. A inclusão de um setor de Educação permitiu que os bacharéis adquirissem também uma qualificação profissional como professores. Com isto, [...] em lugar de se constituir como centro da universidade, se transformou numa escola de formação de profissionais, como as demais. Apesar disto, foi esta Faculdade que abrigou a institucionalização da pesquisa básica no Brasil em umas poucas universidades. A maioria delas, entretanto, se estabeleceu como simples instituições de ensino (Durham, 2003, p. 8).

No contexto da Reforma, as universidades já existentes, estaduais ou livres, poderiam ser equiparadas às federais para efeito da concessão de títulos, dignidades e outros privilégios universitários, mediante inspeção prévia pelo Departamento Nacional de Ensino e ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Inexistia previsão de prova ou exame para o ingresso nos cursos superiores, apenas a conclusão do curso secundário; idade mínima de 15 ou 17 anos, de acordo com o curso; sanidade; idoneidade moral e o pagamento de taxas, vedada a matrícula em mais de um curso, exceto os avulsos, de aperfeiçoamento ou especialização.

A Reforma não eliminou as escolas autônomas e manteve a liberdade da iniciativa privada para a constituição de estabelecimentos próprios, embora sob supervisão governamental. O modelo proposto consistia numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior. Muitas universidades foram criadas simplesmente reunindo estabelecimentos pré-existentes (Durham, 2003).

Tentou a Reforma conciliar como função da universidade o desenvolvimento de um alto padrão de cultura e a formação profissional, de modo a atender a ambas as vertentes de pensamento representadas no debate sobre o assunto. Entretanto, o fez antes por meio de justaposição, valendo-se de mecanismos integrativos (Rothen, 2006), de modo que a não ruptura com os padrões de ensino superior vigentes preservou a dicotomia entre ciência aplicada e básica.

Em 1932, o país contava com 190 unidades escolares ligadas a esse nível de ensino. Já o quantitativo de matrículas correspondia a 21,5 mil. No ano seguinte, passaram a ser 248 unidades e 24,1 mil matrículas (IBGE, 1941).

No ano de 1934, aconteceria a criação da Universidade de São Paulo (USP). Dentre as finalidades previstas em seu Decreto de sua criação¹², destacam-se a promoção, pela pesquisa, do progresso da ciência e a transmissão, pelo ensino, de conhecimentos destinados a desenvolver o espírito ou úteis à vida. Também são mencionadas a formação de especialistas em todos os ramos da cultura, bem como técnicos e profissionais em profissões de base científica ou artística e a vulgarização das ciências, letras e artes via cursos sintéticos, conferências e palestras, rádio, filmes científicos e outros produtos.

¹² Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934.



A USP surgiria com a proposta de pesquisa desinteressada e ensino superior de qualidade, numa aposta do governo estadual para redenção, inclusive política, após a derrota na Revolução Constitucionalista¹³ de 1932. Tratava-se de um investimento na formação da futura elite dirigente do estado, num movimento oposto ao da centralização e investimento na educação para atender a interesses imediatos, vigente nas políticas do governo federal (Motoyama, 1985).

Também em 1934 ocorreram a promulgação da segunda Constituição Republicana e a eleição do presidente Getúlio Vargas pelo Congresso, gerando a expectativa de instituição de uma democracia liberal no país. A abertura decorrente da Revolução de 1930, contudo, passou a ser vista como um erro a ser corrigido: ampliaram-se tendências centralizadoras e autoritárias, assegurando um clima propício à implantação do Estado Novo¹⁴ (Fávero, 2006).

A Constituição de 1934 tratou a educação como um direito de todos, cabendo à família e aos poderes públicos ministrá-la, com ênfase no ensino pré-vocacional e profissional. A gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário eram mantidas, mas o Estado se desobrigava do encargo educacional no sentido mais amplo. Estabeleceu-se a imunidade fiscal para instituições educacionais privadas.

No que diz respeito ao ensino superior público, Cunha (2004) ressalta que

a atuação varguista foi predominantemente de caráter controlador. Centralista ao extremo, transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, com a pretensão de fazê-la parâmetro destinado a submeter as iniciativas federalistas que despontavam em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no próprio Distrito Federal (Cunha, 2004, p. 801).

Fundada na capital da República¹⁵, Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal (UDF) teria trajetória inferior a quatro anos, encerrada em 1939. A instituição buscava materializar as concepções de intelectuais ligados à ABE e à ABC, no sentido de favorecer a atividade científica livre e a produção cultural desinteressada. Era composta por Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras, Instituto de Artes e instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino e difusão cultural.

Segundo Durham (2003), foi duramente perseguida pela Igreja, que a via como um centro de liberalismo anticlerical. A UDF foi um projeto de Anísio Teixeira, no contexto da reforma de ensino empreendida por ele como secretário de Educação, no Rio de Janeiro. A criação mobilizou educadores remanescentes da Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE – grupo quase todo vitimado em um acidente de avião em 1928. Tais profissionais se incorporaram especialmente à Escola de Ciências da UDF (Mendonça, 2000).

Para Fávero (2006), o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia propostos pela Universidade do Distrito Federal não encontraram, no contexto do Estado Novo, condições favoráveis para desenvolvimento. Anísio Teixeira exonerou-se da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro

13 Movimento armado idealizado por fazendeiros paulistas interessados na retomada do revezamento, na Presidência, entre políticos paulistas e mineiros. Ocorreu entre julho e outubro de 1932, no estado de São Paulo, que pretendia derrubar o governo provisório de Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. O estado, entretanto, não recebeu o apoio esperado das elites políticas mineiras, gaúchas e fluminenses, sendo as tropas paulistas rendidas pelas federais (Hilton, 1982).

14 Como reação a movimentos oposicionistas ao presidente Vargas, como a Aliança Nacional Libertadora, composta por comunistas, operários e intelectuais, o Legislativo passou a aprovar medidas que fortaleceram o Executivo e culminaram, em novembro de 1937, em um golpe para instauração do Estado Novo. Liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido e partidos políticos extintos. Anticomunista e repressivo, o governo voltou-se para a consolidação industrial e diminuição da autonomia dos estados, garantindo maior controle sobre as oligarquias regionais (Pandolfi, 1999).

15 Decreto 5.513, de 4 de abril de 1935.



em 1935 – seu pendor liberal destoava da posição centralizadora do recém-nomeado ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Conforme Bomeny (1999), o objetivo do Estado Novo para o ensino superior era formar as futuras elites dirigentes. Nesse sentido,

Capanema empenhou-se no ensino universitário, certamente o mais ambicioso segmento de seu programa de reformas educacionais. No projeto Capanema, o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas. O ensino primário sequer foi tocado. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização (Bomeny, 1999, p. 139).

Com o fim da UDF, muitos de seus cursos foram incorporados pela Universidade do Brasil (UB), em 1939. Instituída dois anos antes, numa iniciativa de Capanema, a UB consistia numa ampliação e renomeação da Universidade do Rio de Janeiro, existente desde 1920. Reunia 15 escolas ou faculdades que receberam a denominação de nacionais. Pretendia-se implantar um padrão nacional de qualidade para o ensino superior. Existiria, sob a nova denominação, até 1965, quando seria transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A lei de criação da UB não fez referência ao princípio da autonomia. Os reitores de universidades públicas àquela época eram escolhidos pelo presidente da República, dentre os catedráticos, e nomeados em comissão. Tornou-se proibida aos professores e alunos qualquer atitude de caráter político-partidário, como comparecer às atividades universitárias com uniforme ou emblema de partidos políticos.

O ensino técnico passou a ser estimulado, no final dos anos 1930, pelos industriais brasileiros, a fim de substituir os trabalhadores estrangeiros. Atender à demanda por pessoal qualificado para a indústria, com a substituição das importações, tornou-se uma prioridade para o poder público. Vargas instituiu o salário-mínimo e sistematizou a legislação trabalhista. Para valorizar a mão de obra nacional, adotou uma política que restringia a imigração (Pandolfi, 1999).

Na Constituição de 1937, o ensino profissional foi classificado como destinado às classes menos favorecidas, sendo dever do Estado, a ser oferecido em institutos com esse fim específico. Complementarmente, eram previstos subsídios às iniciativas dos estados, municípios, indivíduos e associações particulares e profissionais. Indústrias e sindicatos, deveriam, inclusive, criar escolas para filhos de funcionários ou dos sindicalizados (Brasil, 1999).

De 1934 a 1941, as unidades escolares de ensino superior no Brasil passaram de 251 para 284, aumento de 13,1%. O número de matrículas, 26,2 mil em 1934, decresceu para 19,8 mil em 1941 (IBGE, 1946). Também na década de 1940 teria início a criação de estabelecimentos católicos oferecendo formação em nível superior. Durham e Sampaio (1995) relatam que a Igreja, uma vez derrotada em sua pretensão de controle sobre o ensino público,

tomou a iniciativa de criação de estabelecimentos católicos privados. A primeira Universidade Católica, a do Rio de Janeiro, foi criada [...] em 1944. Consolidou-se, assim, no Brasil, nessa época, um sistema dual, no qual coexistem instituições públicas e privadas, laicas e confessionais. Esse sistema é, desde sua origem, bastante heterogêneo, pois implica também a coexistência de universidades e instituições isoladas (Durham; Sampaio, 1995, p. 6).

De 1930 a 1945, cresceu a tendência centralizadora do poder central. A partir de 1937, além de administrativo, o Estado assumiu feições intervencionistas, criando empresas públicas e autar-



quias que serviriam de base futura para o desenvolvimentismo no país¹⁶ (Lima Júnior, 1998). Com a deposição de Vargas¹⁷, em outubro de 1945, iniciou-se um movimento de contraposição ao autoritarismo. Uma nova Constituição foi promulgada em 16 de setembro de 1946, caracterizada pelo caráter liberal de seus enunciados (Fávero, 2006).

Nos 20 anos que se seguiram à implantação das primeiras universidades, o ensino superior não experimentou crescimento mais significativo, tampouco reformas de grande magnitude em seu formato, organizado na década de 1930. O sistema ganhou corpo com o desenvolvimento da rede de universidades federais, uma série de universidades católicas e particulares, um amplo sistema estadual em São Paulo e a criação de instituições menores, estaduais e locais, em outras regiões (Sampaio, 1991).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sedimentou-se a hegemonia estadunidense enquanto núcleo dinâmico do capitalismo ocidental. Acordos econômicos como os de Bretton Woods¹⁸ possibilitaram a generalização das políticas de desenvolvimento nos EUA, caracterizando a consolidação do welfare state¹⁹. Os países, em geral, passaram a se voltar para políticas intervencionistas, o que permitiu importante ênfase do Estado na defesa do crescimento econômico (Pochmann; Moraes, 2017).

Nos anos 1940 e 1950, registraram-se alguns marcos importantes na área de ciência e tecnologia, como a inserção na Constituição do Estado de São Paulo, em 1947, da previsão de 0,5% da receita orçamentária para amparo da ciência, mesmo ano da criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). A fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) aconteceu em 1948, e a do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)²⁰, em 1951, pelo almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, ano de criação, também, da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)²¹, iniciativa de Anísio Teixeira²².

Resultante de uma proposta do Relatório Smith²³, o ITA surgiu concomitante à constituição do Ministério da Aeronáutica, com fins de atender à formação de pessoal especializado para aquele setor. O Instituto significou uma ruptura com o modelo tradicional de universidade: não havia cátedras e sim departamentos, com uso de um sistema de créditos, como nas universidades america-

16 Até o fim da década de 1930, o governo Vargas já havia criado 35 agências estatais. De 1940 a 1945, surgiriam mais 21, entre empresas públicas, autarquias, fundações e sociedades de economia mista, quase a metade delas atuando no setor produtivo (Lima Júnior, 1998).

17 O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial, transcorrida durante o Estado Novo, com o envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália. A contradição entre lutar contra o nazismo e o fascismo no exterior, vivendo internamente uma ditadura foi a causa principal da deposição de Vargas pelo Alto Comando do Exército. O presidente eleito pela população para o período 1946-1951 foi o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra de Vargas e por ele apoiado (Fico, 2015). Vargas tornar-se-ia candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 1950, voltando ao poder em um contexto democrático. Pandolfi (1999) contextualiza que a censura aos meios de comunicação durante o Estado Novo, a eficiente propaganda oficial e a legislação trabalhista implantada haviam consolidado a imagem de Vargas como defensor do povo.

18 O dólar estadunidense se tornou moeda de referência para as transações internacionais entre os países signatários, mantendo seu valor pré-fixado ao ouro.

19 Política sustentada na atuação do Estado como estimulador do pleno emprego e do crescimento do consumo, com subsídios à atividade produtiva, atuação direta em campos diversos da economia – produção de bens e prestação de serviços – e programas de assistência habitacional, de saúde, familiar e previdenciária para mitigar tensões sociais nos estratos menos favorecidos economicamente.

20 Criado pela Lei 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Passaria a ser chamado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a partir da Lei 6.129, de 9 de novembro de 1974.

21 Decreto 29.741, de 11 de junho 1951, durante o governo Getúlio Vargas.

22 A Capes passaria a ser denominada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em consequência do Decreto 53.932, de 26 de maio de 1964.

23 Elaborado por uma comissão presidida pelo brigadeiro Casimiro Montenegro Filho e assessorada por Richard Smith, professor do Instituto de Tecnologia de Massachussets/EUA.



nas; professores eram contratados sob normas trabalhistas e avaliados por desempenho. Alunos e docentes residiam no campus e dedicavam-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa (Mendonça, 2000).

A princípio, a Capes foi estruturada em apenas dois programas, um voltado para fins acadêmicos, visando a formar pessoal para universidades e institutos de ensino superior, e outro voltado à demanda de pessoal qualificado por parte dos meios profissionais e culturais do país. Na década de 1970, principalmente, essa orientação se alteraria em benefício da formação de professores de ensino superior, notadamente na modalidade mestrado (Piquet; Leal; Terra, 2005).

Segundo Motoyama (1985), as funções e prerrogativas de órgãos governamentais ligados ao desenvolvimento da pesquisa, como CNPq e Capes, demorariam a conquistar legitimidade, devido a baixos e irregulares orçamentos, bem como à mentalidade política do período, com a adoção de uma matriz econômica de cunho exportador agrário e importador de ciência.

Em 1950, o Brasil contava com 382 unidades escolares de ensino superior e 37,5 mil matrículas. Dez anos depois, o número passaria para 95,6 mil matrículas (IBGE, 1960). Brasil e Estados Unidos promoveram convênios para intercâmbio bilateral entre estudantes e professores universitários, no ano de 1952, o que possibilitou a contribuição de docentes norte-americanos no desenvolvimento da pós-graduação brasileira (Cury, 2005). Essa parceria se deu em um contexto de aproximação política entre os dois países.

A Comissão Mista Brasil-EUA foi criada em 1951 e concluiria seus trabalhos em 1953. Como consequência desse acordo de colaboração técnica e financiamento, colocaram-se em prática, nos primeiros quatro anos daquela década, investimentos em infraestrutura, indústria e agricultura (Lopes, 2009).

A lógica era difusionista, com o país mais desenvolvido colaborando para a criação de condições de crescimento econômico em uma nação emergente - ao mesmo tempo em que prospectava um futuro parceiro comercial e mercado consumidor. Fundado a partir dos acordos de Bretton Woods, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) emprestou US\$ 60 milhões para obras de infraestrutura no Brasil. Para gerir os repasses, criou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)²⁴, que, a partir de 1953, absorveria em seus quadros muitos dos ex-participantes da Comissão Mista (Dalio; Miyamoto, 2009).

Durham (2002) registra que na década de 1950 começava a se firmar na sociedade brasileira uma posição de que toda a demanda de ensino superior deveria ser suprida por universidades públicas multifuncionais e gratuitas, que aliassem ensino e pesquisa. Algo que com o tempo mostrar-se-ia, segundo a autora, irrealizável do ponto de vista do financiamento das atividades de investigação científica.

A fundação da Universidade de Brasília, já em 1962, apresentou uma nova tentativa de inovar o padrão universitário então vigente. Pretendia-se fazer da pesquisa e do ensino básicos, nas áreas de ciências e humanidades, um núcleo em torno do qual as atividades de ensino se desenvolvessem. Estruturalmente, previa a existência de institutos centrais de integração acadêmica, nos quais seriam ministrados cursos básicos, nas ciências e nas letras, além de faculdades voltadas para a formação profissionalizante. A pós-graduação deveria constituir uma cúpula de estudos, voltada para a forma-

24 Pela Lei 1.628, de 20 de junho de 1952. A denominação Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – seria adotada com a Lei 1.940, de 25 de maio de 1982.



ção do mais alto nível científico (Ribeiro, 1960).

Instalada na nova capital federal, inaugurada dois anos antes, a UnB materializava um modelo concebido pelo grupo do qual faziam parte Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, portadores de uma pauta contrária à organização universitária no formato de cátedras. Buscava-se ainda institucionalizar a prática da pesquisa básica, ou seja, estudos sem preocupação com a aplicabilidade imediata – ideais que não tinham logrado sucesso, até então, nas experiências da USP e UDF (Schwartzman, 1982).

Em fins de 1962, o estatuto da UnB baseava-se na autonomia universitária, bem como na articulação entre ensino e pesquisa. A pós-graduação era proposta como uma atividade nuclear para o desenvolvimento da investigação científica. Como resultado da demora na implantação efetiva desses princípios, criou-se uma movimentação política em torno do tema que resultou em instabilidade institucional, ocasionando a ocupação policial do campus em outubro de 1965 e demissão de quase todos os professores. Idealizada no governo de Juscelino Kubitschek para constituir um ambiente democrático, a UnB teria sua regulamentação implantada sob o regime autoritário pós-1964 (Bomeny, 1994).

Tabela 1 - Evolução na oferta de ensino superior no Brasil, de 1932 a 1965

Ano	Unidades escolares de ensino superior	Matriculados
1932	190	21,5 mil
1933	238	24,1 mil
1934	251	26,2 mil
1941	284	19,8 mil
1950	382	37,5 mil
1960	*1.191 (cursos)	95,6 mil
1965	37 universidades e 564 instituições isoladas *1.228 (cursos)	154,5 mil

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do IBGE (1946; 1960; 1967) e Cunha (1983).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alternância entre visões liberais e centralizadoras no poder foi determinante para o ritmo de surgimento das instituições de ensino superior no Brasil. Esse nível de formação, originado a partir de iniciativas majoritariamente privadas, de acesso muito restrito e viés profissionalizante, foi inicialmente estimulado pelas reformas Leôncio de Carvalho e Rivadávia Corrêa, em 1879 e 1911, cujos efeitos viriam a ser contidos e regulados nas reformas Maximiliano e Rocha Vaz, em 1915 e 1925.

Enquanto a criação de faculdades foi fortemente delegada à iniciativa privada, competiu ao Estado os esforços de criação das universidades, a partir da década de 1920, e de fornecimento de subsídio para as pesquisas científicas desenvolvidas em território nacional, privilegiando a modalidade aplicada. A formação bacharelesca e a pesquisa voltada para fins imediatos eram consideradas pelo poder central mais adequadas às necessidades de um país exportador primário e ainda majoritariamente rural.

A criação das primeiras grandes universidades públicas foi acompanhada pelo debate a respeito da necessidade de espaços para desenvolvimento da pesquisa básica, em contraponto ao investimento em formação técnica estimulado pelas políticas educacionais durante e após o Estado Novo e o ensino superior profissionalizante oferecido pelas faculdades particulares.



Contudo, a primeira metade da década de 1960 é anterior ao movimento de expansão da rede de universidades federais, com assimilação plena da pesquisa como atividade universitária, algo que viria, a partir de 1968, a aproximar esse sistema do modelo americano, por sua vez eivado de influência germânica. A síntese empreendida por este artigo objetivou contextualizar o surgimento da universidade brasileira em um panorama político e social dicotômico, no que diz respeito à compreensão sobre os modelos então convenientes para a formação profissional e prática científica no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vicente Unzer de; MENDES SOBRINHO, Octávio Teixeira. **Migração rural-urbana**. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1951.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ferreira de. Enquanto se espera pelas diretrizes e bases. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 1, n. 0, p. 73-90, 1953.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 9, p. 51-65, out., 1994.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério. A propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 137-166.

BATISTA, Eraldo Leme; SILVA, José Carlos da. Notas sobre a educação profissional no Brasil: 1930 a 1940. In: BATISTA, Eraldo Leme; ZANARDINI, Isaura Monica; SILVA, José Carlos da (orgs.). **Estado, sociedade e educação profissional no Brasil: desafios e perspectivas para o século XXI**. Porto Alegre: Unioeste, 2018, p. 145-157.

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1937. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.

CAMACHO, Thimoteo. A universidade pública no Brasil. **Revista de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Chile, n. 19, p. 100-133, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 795-817, out., 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 7-20. set./dez., 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 717-738, out., 2009.

DALIO, Danilo José; MIYAMOTO, Shiguenoli. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a barganha externa do segundo governo Vargas. In: VIII Congresso Brasileiro de História Econômica. **Anais...**, Campinas: ABPHE, 2009, p. 1-21.

DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. **Ensino privado no Brasil**. Documento de Trabalho 3/95. São Paulo: Nupes/USP, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A universidade e o ensino**. Documento de Trabalho 1/02. São Paulo: Nupes/USP, 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Documento de Trabalho 3/03. São Paulo: Nupes/USP, 2003.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.





FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERRARI, Nadir. O departamento de genética da UFPR na origem da genética humana brasileira. In: VII Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia. **Anais...** São Paulo, 2000, p. 170-171.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**: da morte de Vargas aos nossos dias. São Paulo: Contexto, 2015.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HILTON, Stanley. **A guerra civil brasileira**: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Repertório Estatístico do Brasil**. Quadros retrospectivos n. 1. Separata do Anuário Estatístico do Brasil, v. 5. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**, v. 6. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**, v. 21. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1960

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**, v. 28. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1967.

KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-bibliográfico da Primeira República** (1889-1930). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2015.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 2, p. 5-29, abr./jun., 1998.

LOPES, Marcio Augusto Falcão. **O fracasso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e os rumos da política econômica do segundo governo de Vargas (1951-54)**. 273f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo. 2009.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-194, maio/ago., 2000

MOTOYAMA, Shozo. Os principais marcos históricos em ciência e tecnologia no Brasil. Depoimento. **Revista Brasileira de História da Ciência**, n. 1, p. 41-49, 1985.

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon. (org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p. 17-96.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PERES, Tirza Regazzini. Educação brasileira no Império. In: PALMA FILHO, João Cardoso. **Pedagogia cidadã**. São Paulo: Santa Clara Editora, 2005, p. 61-74.

PIQUET, Rosélia; LEAL, José Agostinho Anachoreta; TERRA, Denise Cunha Tavares. Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação - o caso do planejamento regional e urbano. **RBPG**, v. 2, n. 4, p. 30-47, jul., 2005.

POCHMANN, Marcio; MORAES, Reginaldo. **Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI**. Experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade de Brasília. **Educação e Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 33-99, 1960.

ROMERO, Arnaldo. O sentido da Reforma: o estatuto da universidade de Francisco Campos em um



Brasil em transição. In: X Jornada de HISTEDBR. **Anais...** Campinas: HISTEDBR, 2011, p. 1-20.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira segundo o estatuto de 1931. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 4. ed., 2006. **Anais...** Goiânia: CBHE, 2006. p. 1-10.

SALEM, Tânia. Do Centro Dom Vital à universidade católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 17-96.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990**. Documento de Trabalho 8/91. São Paulo: Nupes/USP, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Finep, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidades e Instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 167-195.

SCHWARTZMAN, Simon. **A space for Science**. The development of the scientific community in Brazil. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991.

SILVA, João Carlos da. O tema da escola pública no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista de Educação Pública**, v. 20, n. 44, p. 521-539, set./dez., 2011.

SUCUPIRA, Newton. A livre-docência: sua natureza e sua posição no ensino superior brasileiro. **Forum**, v. 1, n. 3, p. 3-42, jul./set., 1977.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino superior no Brasil** - análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

VICENTE, João Pedro Aparecido; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estratificação estamental pela via da educação: reflexões a partir da Reforma Leôncio de Carvalho. **Cadernos da Fucamp**, v. 18, n. 33, p. 43-61, 2019.